

Ativo (Em R\$)	31/12/2020	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R\$)	31/12/2020
ATIVO	303.494.718,18	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	303.494.718,18
CIRCULANTE	82.525.335,18	CIRCULANTE	114.516.884,79
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	50.888.101,91	FORNECEDORES	12.653.874,70
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	16.822.843,86	OBRIGACOES TRABALHISTAS	6.655.973,62
ALMOXARIFADO	811.968,11	SALARIOS E ORDENADOS	2.426,88
OUTROS VALORES A RECEBER	156.718,36	PROVISAO DE FERIAS	4.181.503,97
DESPESAS ANTECIPADAS	759.446,37	PROVISAO 13º SALARIO	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	13.086.256,57	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.472.042,77
NAO CIRCULANTE	220.969.383,00	PROVISOES TRABALHISTAS	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.246.718,30	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	53.023.169,30
DEPOSITOS JUDICIAIS	1.246.718,30	IRPJ E CSLL	0,00
IMOBILIZADO	219.197.518,27	PIS E COFINS	1.158.515,39
IMOBILIZADO EM OPERACAO	219.197.518,27	RETENCOES ENCARGOS TERC	820.482,45
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	18.469.371,52
INTANGIVEL	525.146,43	IMPOSTOS EXERCICIOS ANTERIORES	32.574.799,94
		OUTROS	41.843.158,85
		ADIANT CLIENTES	7.499.071,46
		SUBV MUNIC A APROPR	0,00
		SUBV INVEST PAC	12.026.489,81
		RECURSOS MUNIC EVENTOS	21.061.118,61
		REC DIF IPTU ISS	1.256.478,97
		OUTRAS EXIGIBILIDADES	0,00
		DEBITOS COM EMPRESAS MUNICIP	340.708,32
		NAO CIRCULANTE	185.364.925,51
		DEBITOS COM EMPRESA MUNICIP	1.135.694,40
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	68.169.995,83
		OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	62.954.973,48
		IRPJ E CSLL DIFERIDOS	5.215.022,35
		ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	971.710,00
		PROVISOES PARA CONTINGENCIAS	85.199.440,36
		PROV TRABALH	30.051.932,74
		PROV CONTING TRAB	2.771.114,74
		PROV DISSID E ENC	27.280.818,00
		PROVISOES CIVEIS	55.147.507,62
		PROVISAO P/ CONTING. FISCAIS	0,00
		RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU	16.857.759,66
		SUB INVEST PAC	13.030.325,26
		PATRIMONIO LIQUIDO	3.612.907,88
		CAPITAL SOCIAL	246.149.586,14
		ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	126,13
		SUB INVEST A APROPR	0,00
		RESERVA DE REAVALIACAO	116.379.364,98
		PREJUIZOS ACUMULADOS	-358.916.169,37
	0,00		0,00

(Em R\$)	31/12/2020
REC VDA BENS SERV	213.568.899,46
RECEITA BRUTA	179.248.032,94
SUBVENCAO MUNICIPAL	46.906.317,06
IMPOSTOS	-12.268.682,34
CANC / DEV / ABAT	-316.768,20
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-156.401.775,61
RESULTADO BRUTO	57.167.123,85
DESPESAS OPERACIONAIS	-69.255.360,32
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-72.889.772,17
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	3.634.411,85
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-12.088.236,47
RESULTADO FINANCEIRO	-11.840.508,71
RECEITAS FINANCEIRAS	1.699.721,73
DESPESAS FINANCEIRAS	-13.540.230,44
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-23.928.745,18
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-23.928.745,18

SIGA /CTBR510/v.12  
 Hora...: 11:10:40

(Em R\$)	31/12/2020
REC VDA BENS SERV	49.391.185,96
RECEITA BRUTA	49.556.574,78
SUBVENCAO MUNICIPAL	4.239.011,37
IMPOSTOS	-4.404.400,19
CANC / DEV / ABAT	0,00
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-37.191.906,45
RESULTADO BRUTO	12.199.279,51
DESPESAS OPERACIONAIS	-5.079.938,75
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-6.849.540,65
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	1.769.601,90
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	7.119.340,76
RESULTADO FINANCEIRO	-8.268.867,96
RECEITAS FINANCEIRAS	169.957,15
DESPESAS FINANCEIRAS	-8.438.825,11
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-1.149.527,20
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-1.149.527,20

**SÃO PAULO TURISMO S/A**  
Companhia Aberta  
CNPJ 62.002.886/0001-60

**Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e  
Relatório dos Auditores Independentes**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**CONTEÚDO**

<b>Relatório da Administração</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>17</b>
<b>Notas explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	<b>18</b>
<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras</b>	<b>41</b>
<b>Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras</b>	<b>45</b>
<b>Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>48</b>
<b>Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>50</b>
<b>Parecer do Conselho de Administração</b>	<b>51</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>54</b>

**SÃO PAULO TURISMO S/A**

**Companhia Aberta**

**CNPJ: 62.002.886/0001-60**

**Relatório da Administração  
2020**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MARCOS ARBAITMAN**

*Presidente do Conselho de Administração*

**Membros do Conselho**

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA  
ANDRÉ LUIZ POMPEIA STURM  
JÂNIO QUADROS NETO  
KASSIA CALDEIRA  
OSVALDO ARVATE JÚNIOR  
ROGÉRIO PEREIRA VICENTE  
WANDERLEY MESSIAS DA COSTA

**DIRETORIA**

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES  
*Diretor Presidente*

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO  
*Diretor de Marketing e Vendas*

DANIEL GLAESSEL RAMALHO  
*Diretor Jurídico e de Conformidade*

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO  
*Diretor Representante dos Empregados*

RODRIGO KLUSKA ROSA  
*Diretor de Gestão e de Relação com Investidores*

SANDRO AUGUSTO CUOGHI  
*Diretor de Infraestrutura*

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO  
*Diretor de Eventos e Turismo*

**CONSELHO FISCAL**

EDUARDO JOSÉ DE SOUSA  
JESUS PACHECO SIMÕES  
MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES  
THIAGO DEMÉTRIO SOUZA  
CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO

**Contador**

KOITI KODAMA  
*Contador – CRCCT n. ° 1SP150004/O-4*

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Senhores Acionistas,**

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes, acompanhados das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### **A Empresa**

**São Paulo Turismo S. A.** (Companhia ou SPTURIS) estabelecida no Parque Anhembi, à Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,9% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a Companhia detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela Sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela Sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e/ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

Os imóveis existentes no COMPLEXO ANHEMBI são os principais elementos para a sua vocação na realização de eventos, exposições e convenções na capital paulista.

O empreendimento possui localização estratégica, estando posicionado num raio de aproximadamente 3 km (três quilômetros) da região central da cidade, 1,5 km (um quilometro e meio) da estação de metrô Portuguesa-Tietê e do Terminal Rodoviário Tietê, às margens do corredor viário da Marginal Tietê e do aeroporto Campo de Marte e, ainda, localizado entre os Aeroportos de Guarulhos (distante 18 quilômetros) e de Congonhas (distante 13 quilômetros), de modo

que sua aptidão para recepcionar eventos internacionais é consolidada no mercado.

Atualmente, as principais infraestruturas existentes no COMPLEXO ANHEMBI são:

**SAMBÓDROMO**, com 102.683 m<sup>2</sup> de área e capacidade máxima licenciada para 78.023 pessoas, podendo ser utilizado na sua totalidade ou nos seguintes setores:

- Arena Anhembi (área da concentração do SAMBÓDROMO), com área de 42,8 mil metros quadrados e capacidade máxima para 27.000 pessoas;
- Nova Arena (área da dispersão do SAMBÓDROMO) com área de cerca de 20 mil metros quadrados e capacidade máxima para 24.000 pessoas;
- Setor I (área multiuso localizada ao lado do recuo da bateria) com capacidade máxima para 3.200 pessoas;
- Setores A, B, C, D, E, F, G, H e J (demais arquibancadas) com capacidade total máxima para 27.023 pessoas;

**PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES**, com 76.000 m<sup>2</sup> de área;

**PALÁCIO DE CONVENÇÕES** com 28.091 m<sup>2</sup>, subdivido em:

- Auditório Celso Furtado, com capacidade máxima para 2.502 pessoas e 5.698 m<sup>2</sup> de área;
- Terraço, com capacidade máxima para 1.500 pessoas e 14.560 m<sup>2</sup> de área;
- Auditório 8, com capacidade máxima para 124 pessoas e 187 m<sup>2</sup> de área;
- Auditório 9, com capacidade máxima para 281 pessoas e 380 m<sup>2</sup> de área;
- Halls (Nobre 1, Nobre 2, Nobre 3, Lateral e Frontal), totalizando 6.462 m<sup>2</sup> de área; e
- Quatro salas modulares, totalizando 794 m<sup>2</sup> de área.
- Auditório Elis Regina, com capacidade máxima para 798 pessoas e 1.831 m<sup>2</sup> de área.

Embora o COMPLEXO ANHEMBI seja o maior espaço de eventos do Município, sua estrutura necessita de atualização e reformulação, tanto para concorrer como liderança em exposições na cidade, como para atender às demandas do atual mercado de eventos e convenções mundiais.

A revitalização, modernização, ampliação, operação, manutenção, exploração e gestão pretendidas para os equipamentos e para a COMPLEXO ANHEMBI foram objeto da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020, publicada em 30/10/2020.

O projeto teve como pressupostos as seguintes justificativas:

- 1) a realização dos investimentos necessários para a manutenção da vocação principal do COMPLEXO ANHEMBI como âncora de eventos, entretenimento e turismo de negócios, capaz de reposicioná-lo no mercado nacional e internacional; e
- 2) a escolha do COMPLEXO ANHEMBI como vetor de desenvolvimento da Macroárea de Estruturação Urbana do Arco do Tietê, para a promoção do uso diversificado no âmbito da Centralidade da Metrópole.

Em 14/01/2021 publicamos a adjudicação do objeto da referida concorrência à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. Os autos do respectivo processo licitatório encontram-se com vistas franqueadas no endereço <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

### **Enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus**

A Prefeitura do Município de São Paulo editou o Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020 declarando situação de emergência no Município e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. ¶

A Companhia faturou contra a Prefeitura do Município de São Paulo os gastos com o Hospital de Campanha instalado nas suas dependências e com as ações contra a pandemia. Os gastos são referentes à segurança, manutenção e operação do hospital. O valor totalizou R\$ 26.364 até 31 de dezembro de 2020.

Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da Companhia, dentro do contexto de distanciamento social, decidiu-se a substituição total dos processos físicos, de trâmites processuais em papel para processos eletrônicos, adotando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com as funcionalidades de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta em todos os departamentos da Companhia.

### **Empresa Estatal dependente**

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

## Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM e no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

## Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo demonstra o faturamento dos serviços prestados e locações até 31 de dezembro de 2020 comparado a 2019, em R\$ mil.

Regime Competência	Dez-20	Dez-19	Var. %
<b>(+) Eventos/PMSP</b>	<b>171.695</b>	<b>91.161</b>	<b>88%</b>
<b>(+) Anhembi</b>	<b>7.553</b>	<b>38.461</b>	<b>-80%</b>
Pavilhão de Exposições	616	11.535	-95%
Palácio/Elis Regina	1.868	9.481	-80%
Sambódromo	1.476	5.789	-74%
Outras Locações	2.422	4.681	-48%
Estacionamentos	842	4.775	-82%
Telecom	328	2.200	-85%
<b>(=) RECEITA OPER. BRUTA *</b>	<b>179.248</b>	<b>129.622</b>	<b>38%</b>
<b>(+) SUBVENÇÕES</b>	<b>46.906</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(=) TOTAL RECEITAS</b>	<b>226.154</b>	<b>129.622</b>	<b>74%</b>
<b>* Clientes Públicos</b>	<b>96%</b>	<b>70%</b>	
<b>* Clientes Privados</b>	<b>4%</b>	<b>30%</b>	

### Variações relevantes:

a) O aumento de 88% em 2020 na rubrica Eventos/PMSP se deu por maiores receitas com eventos, em especial, o carnaval, pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR);

b) Em 2020 tivemos a instalação do Hospital de Campanha no Parque Anhembi, não tendo ocorrido locações de espaços para feiras e eventos, exceto locações internas para concessionários.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo de 2020 e 2019 (em R\$ Mil).

	dez/20	dez/19	Variação
<b>1. TOTAL ENTRADAS</b>	<b>252.041</b>	<b>202.751</b>	<b>24%</b>
1.1 Anhembi	9.562	36.344	-74%
1.2 Eventos / PMSP	184.144	136.987	34%
1.5 Aporte de Capital / Subvenções	58.335	29.420	98%
<b>2. TOTAL SAÍDAS</b>	<b>228.406</b>	<b>189.903</b>	<b>20%</b>
2.1 Pessoal	54.757	55.499	-1%
2.2 Serviços Públicos	6.433	6.301	2%
2.3 Tributos/ Parcelamento	5.653	15.398	-63%
2.4 Fornecedores/ Outras	161.564	112.704	43%
<b>MOVIMENTO DE CAIXA NO PERÍODO</b>	<b>23.636</b>	<b>12.848</b>	<b>84%</b>

- O aumento em 24% nas entradas foi devido aos fluxos financeiros dos eventos com a Secretaria Municipal de Turismo - SMTUR e Subvenções Municipais para custeio e manutenção do telhado do Pavilhão;
- O aumento em 43% das saídas com Fornecedores foi reflexo da manutenção do Pavilhão, custos do evento carnaval de rua e hospital de campanha;
- A diminuição em 63% em Tributos se deve, principalmente, pelo não pagamento do IPTU 2020, em contestação do valor por parte da Companhia.

### Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

### Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: [rodrigokluska@spturis.com](mailto:rodrigokluska@spturis.com)).

### **Considerações finais**

A Administração da Companhia continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos dos riscos e incertezas.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 23 de março de 2021.

**A Administração**

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Balanços Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes caixa	<b>5</b>	50.888	27.230
Contas a receber de clientes	<b>6</b>	16.823	8.342
Tributos a recuperar	<b>7</b>	13.086	4.633
Almoxarifado		812	654
Outros valores a receber	<b>8</b>	916	1.000
<b>Total circulante</b>		<b>82.525</b>	<b>41.859</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo	<b>16</b>	1.247	1.409
Imobilizado	<b>9</b>	219.197	218.424
Intangível	<b>9</b>	525	950
<b>Total não circulante</b>		<b>220.969</b>	<b>220.783</b>
<b>Ativo total</b>		<b>303.494</b>	<b>262.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	<b>10</b>	12.654	12.089
Obrigações trabalhistas	<b>11</b>	6.656	6.659
Obrigações tributárias	<b>12</b>	53.023	6.730
Recursos municipais – Eventos	<b>13</b>	21.061	20.670
Empresas municipais	<b>14</b>	341	327
Adiantamentos de clientes	<b>15</b>	7.499	8.631
Receita diferida ISS/IPTU	<b>12</b>	1.256	1.256
Subvenções		12.027	2.954
<b>Total circulante</b>		<b>114.517</b>	<b>59.316</b>
<b>Não circulante</b>			
Empresas municipais	<b>14</b>	1.136	1.419
Obrigações tributárias	<b>12</b>	68.170	71.234
Provisões para contingências	<b>16</b>	85.199	73.740
Adiantamentos de clientes	<b>15</b>	972	266
Receita diferida – ISS/IPTU	<b>12</b>	16.858	18.114
Subvenções	<b>17</b>	13.030	11.336
<b>Total não circulante</b>		<b>185.365</b>	<b>176.109</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>18</b>		
Capital social		246.149	216.713
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	29.420
Reserva de reavaliação		116.379	117.355
Prejuízos acumulados		(358.916)	(336.271)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>3.612</b>	<b>27.217</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>303.494</b>	<b>262.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>19</b>	<b>226.154</b>	<b>129.622</b>
Deduções da receita	19	(12.585)	(14.784)
<b>Receita líquida</b>		<b>213.569</b>	<b>114.838</b>
Custo dos serviços prestados	20.1	(156.402)	(88.334)
<b>Resultado bruto</b>		<b>57.167</b>	<b>26.504</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(69.255)</b>	<b>(66.533)</b>
Despesas administrativas	20.2	(72.889)	(69.086)
Outras receitas operacionais		3.634	2.553
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(12.088)</b>	<b>(40.029)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas	21	(11.841)	(2.531)
<b>Resultado antes dos tributos sobre lucro</b>		<b>(23.929)</b>	<b>(42.560)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do Exercício</b>		<b>(23.929)</b>	<b>(42.560)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)</b>		<b>(2,80)</b>	<b>(5,66)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**



	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(23.929)</b>	<b>(42.560)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Realização da reserva de reavaliação	1.284	1.284
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(308)	(308)
	<b>976</b>	<b>976</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(22.953)</b>	<b>(41.584)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio**  
**Líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>216.713</b>	-	<b>118.331</b>	<b>(294.995)</b>	<b>40.049</b>
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	29.420	-	-	29.420
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(42.560)	(42.560)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>216.713</b>	<b>29.420</b>	<b>117.355</b>	<b>(336.271)</b>	<b>27.217</b>
Aumento de capital	29.436	(29.420)	-	-	16
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Lucro do Exercício	-	-	-	(23.929)	(23.929)
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>246.149</b>	-	<b>116.379</b>	<b>(358.916)</b>	<b>3.612</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Atividades operacionais</b>	<b>(4.147)</b>	<b>(28.555)</b>
<b>Lucro / Prejuízos líquido do exercício</b>	<b>(23.929)</b>	<b>(42.560)</b>
<b>Ajustes – itens que não afetam o caixa:</b>	<b>19.782</b>	<b>14.005</b>
Depreciação e amortização	6.835	11.959
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	4	301
Reclassificações do imobilizado para despesas	-	472
Realização de subvenção em imobilizado	1.694	(4.139)
Juros e variações monetárias	1.938	3.939
Receita diferida realizada	(1.256)	(1.256)
Provisões para contingências	11.459	414
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.077)	2.956
Provisão de férias	(77)	(641)
Perdas por desvalorização	262	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>35.238</b>	<b>13.287</b>
Clientes	(7.404)	(5.886)
Almoxarifado	(158)	(151)
Despesas antecipadas	-	(68)
Tributos a recuperar	(8.453)	(3.080)
Depósitos judiciais	162	194
Outros ativos	84	82
Fornecedores	565	2.990
Obrigações tributárias	41.651	(2.937)
Obrigações trabalhistas	74	27
Adiantamentos de clientes	(426)	660
Recursos federais – obra PAC	9.073	2.954
Recursos municipais – Eventos	391	19.821
Outros passivos	(321)	(1.319)
<b>Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais</b>	<b>31.091</b>	<b>(15.268)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b> (Aquisição) / baixa de ativo imobilizado e intangível	<b>(7.449)</b>	<b>(1.309)</b>
<b>Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento</b>	<b>(7.449)</b>	<b>(1.309)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para aumento de Capital	-	29.420
Aumento de Capital	16	-
<b>Recursos líquido originado em atividades de financiamento</b>	<b>16</b>	<b>29.420</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.658</b>	<b>12.843</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>27.230</b>	<b>14.387</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício</b>	<b>50.888</b>	<b>27.230</b>
	<b>23.658</b>	<b>12.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	179.248	129.622
Subvenções	46.906	-
Outras Receitas	3.635	2.553
Receitas Canceladas	(317)	(1.974)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.077	(2.956)
	<b>230.549</b>	<b>127.245</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(152.578)	(77.999)
Perdas por desvalorização de ativos	(262)	-
	<b>(152.840)</b>	<b>(77.999)</b>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>77.709</b>	<b>49.246</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(6.835)	(11.959)
	<b>(6.835)</b>	<b>(11.959)</b>
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa</b>	<b>70.874</b>	<b>37.287</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		
Receitas financeiras	477	2.542
	<b>477</b>	<b>2.542</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>71.351</b>	<b>39.829</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>71.351</b>	<b>39.829</b>
Remuneração do trabalho	<b>61.965</b>	<b>55.243</b>
Remuneração de Governos	<b>33.174</b>	<b>26.142</b>
<i>Federal</i>	19.941	21.060
<i>Municipal</i>	13.233	5.082
Remuneração de capitais de terceiros	141	1.004
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	<b>(23.929)</b>	<b>(42.560)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 23 de março de 2021 as presentes demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2021.

#### 1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

#### 1.2. Reorganização da administração pública municipal

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, apresentado pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

Esclarecemos que a SPTURIS não possui qualquer gerência ou poder de condução no processo legislativo municipal.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pelos acionistas da SPTURIS e de seus órgãos diretivos.

A única indicação acerca de possíveis mudanças na Companhia diz respeito à autorização para a concessão onerosa de uso do Parque Anhembi. Não há qualquer indicação por parte dos acionistas de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação ou extinção desta Companhia.

### **1.3. Efeitos do COVID-19 “Coronavírus” nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia vem atualizando seus acionistas e o mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à cidade e aos seus colaboradores, e ao mesmo tempo atender às diversas determinações dos governos federal, estadual e municipal onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

Com relação à saúde financeira da Companhia, os impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país causam interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, levando ao cancelamento e adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e daqueles promovidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (eventos públicos).

No mais, as seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (home office) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico;
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;
- Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da empresa, está sendo implantado o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de forma gradativa e nos termos do ATO DPR 18/2020, publicado em 3 de julho de 2020, no Diário Oficial da Cidade. O sistema foi criado para gerir processos e documentos eletrônicos da administração pública – em todas as suas esferas – de forma ágil e transparente, economizando tempo e recursos. Uma das principais funcionalidades do programa é a possibilidade de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta, trabalhando simultaneamente com todos os departamentos da

Companhia. A implantação do SEI tem por objetivo a substituição total dos processos físicos.

- A Companhia faturou contra a Prefeitura do Município de São Paulo os gastos com o Hospital de Campanha e ações realizadas com o objetivo de conscientização frente a pandemia. São referentes à segurança, manutenção e operação do hospital, e ainda contas de consumo. O valor totalizou R\$26.364 até 31 de dezembro de 2020.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindas dos impactos do Covid-19, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela CVM.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2019.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2020 e exercício de 2019 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

f) Almoxarifado – Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

g) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos,

(reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC

nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

o) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

p) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2020, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

#### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bens numerário	30	46
Conta movimento	35	1.438
Aplicações financeiras	50.823	25.746
	<u>50.888</u>	<u>27.230</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são

classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Clientes no País	3.321	5.147
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	17.128	7.898
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.626)	(4.703)
	<b>16.823</b>	<b>8.342</b>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
A vencer:	14.915	6.165
Vencidos até 30 dias:	148	927
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	148
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	75	1.490
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	963	580
Vencidos há mais de 180 dias:	4.348	3.735
<b>Total:</b>	<b>20.449</b>	<b>13.045</b>

### Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>4.703</b>	<b>1.746</b>
Aumento da provisão	67	3.248
Reversão de provisão	(1.144)	(291)
<b>Saldos no final do período</b>	<b>3.626</b>	<b>4.703</b>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
IRPJ a compensar (a)	4.316	1.797
CSLL a compensar	9	9
INSS a compensar (b)	8.761	2.827
	<b>13.086</b>	<b>4.633</b>

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2019 que será realizado no próximo ano.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. A realização do mesmo acontecerá no próximo ano.

## 8. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de férias e outros adiantamentos a empregados	157	208
Despesas diferidas	759	792
	<b>916</b>	<b>1.000</b>

## 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	136.742	(51.147)	-	85.595	82.639
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.532)	-	1.756	1.935
Estacionamento	3,45%	11.413	(5.548)	-	5.865	6.284
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.749)	-	1.261	1.384
Instalações	10%	16.090	(12.674)	(205)	3.211	4.474
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.706	(6.492)	(40)	174	259
Veículos	20%	1.205	(1.205)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	5.300	(5.102)	(16)	182	297
Outros ativos fixos	20% e 10%	458	(426)	(1)	31	30
<b>Total imobilizado</b>		<b>306.334</b>	<b>(86.875)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.197</b>	<b>218.424</b>

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada		Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.743)	-	522	943
Marcas e patentes	10%	102	(99)	-	3	7
<b>Total intangível</b>		<b>2.367</b>	<b>(1.842)</b>	<b>-</b>	<b>525</b>	<b>950</b>
<b>Total imobilizado e intangível</b>		<b>308.701</b>	<b>(88.717)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.722</b>	<b>219.374</b>

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Perdas por desvalorização	31/12/2020
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	82.639	7.376	(4)	(4.416)	-	85.595
Túnel de Serviços	1.935	-	-	(179)	-	1.756
Estacionamento	6.284	-	-	(419)	-	5.865
Ruas Praças e Jardins	1.384	-	-	(123)	-	1.261
Instalações	4.474	-	-	(1.058)	(205)	3.211
Máquinas e equipamentos	259	66	-	(111)	(40)	174

Moveis e Utensílios	297	-	-	(99)	(16)	182
Outros ativos fixos	30	7	-	(5)	(1)	31
<b>Total Imobilizado</b>	<b>218.424</b>	<b>7.449</b>	<b>(4)</b>	<b>(6.410)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.197</b>
Programas e Sistemas	943	-	-	(421)	-	522
Marcas e Patentes	7	-	-	(4)	-	3
<b>Total Intangível</b>	<b>950</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(425)</b>	<b>-</b>	<b>525</b>
<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>219.374</b>	<b>7.449</b>	<b>(4)</b>	<b>(6.835)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.722</b>

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2020, houve perda relacionada à redução ao valor recuperável no montante de R\$ 262 para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente, os referidos itens foram considerados no estado atual e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor atual dos bens. As perdas foram registradas em custos, no montante de R\$ 32, e em despesas administrativas, no montante de R\$ 230.

## 10. FORNECEDORES

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer		7.926	8.412
Vencidos:			
Vencidos até 30 dias:	(a)	806	700
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a)	761	44
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a)	2	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a)	209	273
Vencidos há mais de 180 dias	(b)	2.950	2.660
<b>Total</b>		<b>12.654</b>	<b>12.089</b>

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Rescisões		2	-
INSS empresa		1.765	1.660
INSS retido		172	180
Férias e encargos		4.182	4.259
IRRF		535	560
		<b>6.656</b>	<b>6.659</b>

## 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS / RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU

		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Circulante</b>			
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	(b)	46.352	14
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	4.692	4.558
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		954	1.359
PIS a recolher		204	294
Impostos retidos		821	505
		<b>53.023</b>	<b>6.730</b>
<b>Não circulante</b>			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	62.955	65.711
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		5.215	5.523
		<b>68.170</b>	<b>71.234</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>		<b>121.193</b>	<b>77.964</b>

- (a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

- (b) A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU referentes aos anos de 2014 a 2019, em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019 no montante de R\$ 32.574 mil. Em 11/02/2020 impugnamos administrativamente os lançamentos para a quadra 283, processo SEI Nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, processo SEI nº 6017.2020/0007548-3. Em 15/06/2020 a decisão foi desfavorável sob o argumento da legitimidade do lançamento do crédito tributário mediante a fiscalização *in loco*, quando foram constatadas divergências na situação fática e plantas apresentadas, comparadas aos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal. Em 23/10/2020 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a manutenção das decisões para os recursos apresentados nos processos SEI 6017.2020/0033963-4 e 6017.2020/0033971-5.

### 13. EVENTOS A REALIZAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carnaval 2020/2021	407	3.819
Eventos diversos	17.705	14.608
Réveillon na Paulista	2.949	2.243
	<b>21.061</b>	<b>20.670</b>

A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	Recursos recebidos	Eventos realizados /recursos repassados	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Carnaval 2020/2021	3.819	25.418	(28.830)	407
SMTUR 015/2020 Eventos diversos	-	33.983	(33.983)	-
Réveillon na Paulista	2.243	5.837	(5.131)	2.949
SMTUR 025/2019 Eventos diversos	14.608	20.364	(34.972)	-
SMTUR 017/2019 Eventos diversos	-	4.316	(4.316)	-
SMTUR 021/2020 Eventos diversos	-	17.705	-	17.705
	<b>20.670</b>	<b>107.623</b>	<b>(107.232)</b>	<b>21.061</b>

### 14. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a São Paulo Transportes S/A., sendo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante	341	327
Passivo não circulante	1.136	1.419
<b>Total</b>	<b>1.477</b>	<b>1.746</b>

## 15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	2.874	3.957
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.063	2.662
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	246	116
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.055	1.565
	<b>7.238</b>	<b>8.300</b>
Adiantamentos de clientes	261	331
	<b>7.499</b>	<b>8.631</b>
<b>Não circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	36	51
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	710	7
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	68	-
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	158	208
	<b>972</b>	<b>266</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>8.471</b>	<b>8.897</b>

A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	Pavilhão	Palácio	Elis	Polo	Total
<b>Circulante</b>					
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>3.957</b>	<b>2.662</b>	<b>116</b>	<b>1.565</b>	<b>8.300</b>
Contratos firmados	1.823	2.944	364	452	5.583
Renegociação	(2.005)	-	-	-	(2.005)
Descontos	(330)	(331)	(38)	(67)	(766)
Transferências para o longo prazo	15	(703)	(68)	50	(706)
Transferências para receitas	(586)	(1.509)	(128)	(945)	(3.168)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.874</b>	<b>3.063</b>	<b>246</b>	<b>1.055</b>	<b>7.238</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>51</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>208</b>	<b>266</b>
Transferências para o curto prazo	(15)	703	68	(50)	706
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>36</b>	<b>710</b>	<b>68</b>	<b>158</b>	<b>972</b>

### Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

A política da Companhia é, dentro das possibilidades, que sejam realizados os máximos esforços para que eventos não sejam cancelados, e sim, adiados. Dessa forma evitamos a devolução dos adiantamentos, ao transformar os cancelamentos e adiantamentos em cartas de crédito; a menos que os eventos tenham cunho assistencial

e realizados por órgão assistencial, em combate à fome, ou com arrecadação com este objetivo.

## 16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

### (a) Provisões constituídas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis	55.147	52.788
Trabalhistas	2.771	2.812
Provisão para dissídios e encargos	<u>27.281</u>	<u>18.140</u>
<b>Total</b>	<b>85.199</b>	<b>73.740</b>

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 50.204, trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTRANS transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais.

Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro do ano de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e à SPTRANS no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	Percentual	Valor
2016/2017	8,00%	16.647
2017/2018	2,00%	3.375
2018/2019	4,00%	4.683
2019/2020	3,05%	1.990
2020/2021	5,42%	586
		<u>27.281</u>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
<b>Saldo no início do período 31/12/2019</b>	<b>52.788</b>	<b>2.812</b>	<b>18.140</b>
Atualização dissídio e encargos	-	-	9.141
Novos processos	156	186	-
Processos baixados	(4.233)	(376)	-
Alterações nos processos existentes	6.436	149	-
<b>Saldos no final do período 31/12/2020</b>	<b>55.147</b>	<b>2.771</b>	<b>27.281</b>

#### (b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/12/2020	31/12/2019
Ações Cíveis	1.434	1.453
Trabalhistas	1.298	1.752
	<u>2.732</u>	<u>3.205</u>

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31/12/2020, o montante de R\$1.247 (R\$ 1.409 em 31 de dezembro de 2019).

#### 17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, havendo saldo disponível de R\$ 12.026 de recursos para aplicação em 31/12/2020, e investimentos realizados de R\$ 15.580 em imobilizado. Este valor aplicado em obras, líquido da depreciação, resulta em R\$ 13.030, e está refletido em

receita diferida no passivo, que será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Preferenciais Classe A</b>	<b>Ações Preferenciais Classe B</b>	<b>Total</b>	<b>Capital social 31/12/2020</b>
Ações da PMSP de 01/01/2020 a 28/04/2020	7.219.544	-	24.335	7.243.879	208.696
Aumento da participação da PMSP em 29/04/2020	1.017.739	-	3.430	1.021.169	29.420
Ações em tesouraria de 01/01/2020 a 31/12/2020	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários em 31/12/2020	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>8.407.877</b>	<b>45.022</b>	<b>90.995</b>	<b>8.543.894</b>	<b>246.149</b>

A Companhia contava com 3.631 acionistas em 31/12/2020. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

### b) Reserva de reavaliação

<b>Movimentação da reserva de reavaliação e tributos</b>	<b>Reserva</b>	<b>Tributos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>122.879</b>	<b>(5.524)</b>	<b>117.355</b>
Realização da reserva de reavaliação	(1.284)	-	(1.284)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	308	308
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>121.595</b>	<b>(5.216)</b>	<b>116.379</b>

## 19. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Receita bruta</b>		
Eventos	171.695	91.161
Pavilhão	616	11.535
Palácio	1.868	9.481
Polo Cultural	1.476	5.789
Outras Locações	2.158	4.360
Estacionamento	842	4.775
Telecom	328	2.200
Autódromo de Interlagos	265	321
Subvenções	46.906	-
	<b>226.154</b>	<b>129.622</b>
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(12.268)	(12.810)
Outras deduções da receita	(317)	(1.974)
<b>Receita líquida</b>	<b>213.569</b>	<b>114.838</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

### 20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Serviços Prestados	95.893	57.069
Equipamentos	732	1.155
Utilidades e Serviços	41.213	12.204
Mão de Obra Direta	13.760	13.159
Depreciação	4.772	4.747
Perdas por Desvalorização	32	-
	<b>156.402</b>	<b>88.334</b>

### 20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Remunerações, encargos sociais e benefícios	46.380	46.794
Utilidades e serviços	382	350
Honorários	822	846
Manutenções e locações	1.812	1.836
Despesas gerais	10.927	10.018
Propaganda e publicidade	152	163
Tributos, taxas e contribuições	1.069	737
Depreciações e amortizações	733	4.971
Perdas por desvalorização	230	-
Provisões e reversões de provisões	10.382	3.371
	<b>72.889</b>	<b>69.086</b>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	1.256	1.256
Atualização de passivos tributários	(2.969)	(4.114)
Receitas de aplicações financeiras	391	488
Multas	(2.095)	701
Outras despesas e receitas financeiras	(1.309)	(862)
	<u>(4.726)</u>	<u>(2.531)</u>

## 22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;

- setor privado, onde é explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2020 e 31/12/2019.

### Saldos em 31/12/2020

	<u>Público</u>	<u>Privado</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	160.821	5.842	166.663
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(51.562)	(156.402)
Lucro bruto (antes das subvenções)	<b>55.981</b>	<b>(45.720)</b>	<b>10.261</b>
Subvenções municipais			46.906
Lucro bruto (após subvenções)			<b>57.167</b>
Despesas administrativas			(72.889)
Outras receitas operacionais			3.634
Resultado financeiro			(11.841)
Prejuízo líquido			<b>(23.929)</b>

### Saldos em 31/12/2019

	<u>Público</u>	<u>Privado</u>	<u>Total</u>
--	----------------	----------------	--------------

Receita líquida	83.610	31.228	114.838
Custos variáveis e fixos	(65.635)	(22.699)	(88.334)
Lucro bruto	<b>17.975</b>	<b>8.529</b>	<b>26.504</b>
Despesas administrativas			(69.086)
Outras receitas operacionais			2.553
Resultado financeiro			(2.531)
Prejuízo líquido			<b>(42.560)</b>

### 23. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	(477)	(962)
<b>Denominador (em milhares de ações) básico</b>		
Média ponderada do número de ações em circulação	170.112	170.010
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício</b>	(2,80)	(5,66)

### 24. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

<b>Objeto do seguro</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Importância segurada</b>	
		<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de mercado

### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>			
Bens numerário e conta movimento	65	-	65
Aplicações financeiras	-	50.823	50.823
Contas a receber e clientes	16.823	-	16.823
Impostos a recuperar	13.086	-	13.086
Outras contas a receber	916	-	916
	<b>30.890</b>	<b>50.823</b>	<b>81.713</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	12.654	-	12.654
Obrigações trabalhistas	6.656	-	6.656
Obrigações tributárias	92.814	-	92.814
Empresas municipais	1.477	-	1.477
	<b>113.601</b>	<b>-</b>	<b>113.601</b>

#### b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

## 26. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representou, em 31/12/2020, 96% da receita total do ano, comparados a 70% no mesmo período em 2019.

As receitas com eventos se concentraram no período anterior à pandemia. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. No caso de atividades relacionadas à pandemia, a taxa de administração foi em média 5%. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, a receita montou R\$ 703 em 2020 e R\$ 2.429 em 2019. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativos</b>		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	17.128	7.898
	<b>17.128</b>	<b>7.898</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Curto prazo</b>		
PMSP Eventos a realizar	21.061	20.670
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.692	4.558
SPTRANS	341	327
	<b>26.094</b>	<b>25.555</b>
<b>Longo prazo</b>		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	62.955	65.711
SPTRANS	1.136	1.419
	<b>64.091</b>	<b>67.130</b>
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Receita de eventos	171.695	91.161
Deduções da receita	(10.874)	(7.551)
Receita líquida	160.821	83.610
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(65.635)
Lucro bruto (antes das subvenções)	55.981	17.975
Subvenções municipais	46.906	-
Lucro bruto (após subvenções)	<b>102.887</b>	<b>17.975</b>

**Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias**

<b>Nº CONTRATO – SECRETARIA</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
012/2019 - SMTUR PLATUM	30	-
015/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	41.910	-
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	3.523	-
017/2020 – SMTUR EV DIVERSOS	29.652	-
019/2020 – SMTUR CARN 2021 APOIO	682	-
021/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	194	81
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	8.306	648
022/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	931	-
022/2020 – SMTUR NATAL ILUMINADO	1.276	-
024/2019 - SMTUR AUTODROMO	862	776
025/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	28.502	7.034
026/2019 - SMTUR NATAL ILUMINADO 2019	14	1.760
027/2019 - SMTUR REVEILLON 2020	2.996	-
030/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2020	5.691	-
068/2019 - SMC-G CARNAVAL DE RUA 2020	20.649	-
054/2014 - SMS	-	1.579
008/2020 - SMTUR (AUTODROMO)	801	-
001/2018 - SMTUR REPASSE CARNAVAL 2019	-	1.032
002/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2019	-	4.669
003/2018 – SMTUR REVEILLON NA PAULISTA	-	144

003/2018 - SGM EV DIVERSOS	-	1.795
006/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	27.845
008/2018 - SGM/CASA CIVIL	-	7.850
001/2015 - SMRG	-	95
011/2019 - SMTUR VIRADA CULTURAL 2019	-	9.417
012/2019 - SMTUR PLATUM	-	120
013/2019 - SMTUR CITY TOUR MUN SAO PAULO	-	15
014/2019 - SMTUR LGBT	-	1.722
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	-	13.963
002/2018 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	-	153
051/2018 - SMC-G	-	280
065/2018 - SMC-G - BRASIL GUITARRAS	-	88
007/2019 - SMSUB/COGEL	-	9.032
011/2015 - SDTE	-	179
012/2015 - SEME	-	389
120/2018 - SME MOSTRA SEMIN TECN APRENDIZA	-	335
027/2016 - SFMSP	52	62
054/2014 - SMS	3.374	-
085/2018 - SME FEST ESTUDANTIL MÚSICA IPIR	-	98
093/2020 - SMS - HMCAMP ANHEMBI	9.340	-
Hospital de Campanha sem contrato	12.910	-
<b>TOTAL</b>	<b>171.695</b>	<b>91.161</b>

A Companhia atendeu às demandas da Prefeitura do Município de São Paulo, para eventos, direcionados às ações no combate à pandemia. Todos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

## 27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2020 foi de R\$2.172, e no ano de 2019 foi de R\$ 2.085. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

## 28. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 23 de março de 2021, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações contábeis.

### **Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi**

Em 14/01/2021 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Em 05/03/2021, a empresa vencedora da licitação, a GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, efetuou depósito no valor de R\$ 4.478.353,00 a título de adiantamento da primeira parcela, 1/12 do valor da OUTORGA FIXA de R\$ 53.740.236,00, de acordo com a proposta vencedora, mesmo ainda o contrato não tendo sido formalizado.

Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$ 10.000 mil.

A transferência da gestão terá duração de 30 dias. Neste período o Concessionário deverá sub-rogar os contratos de eventos e operacionais, receber os currículos de colaboradores, e em 60 dias enviar resposta aos colaboradores cujos currículos foram recebidos e analisados para a finalidade de contratação. Caberá à Companhia, realizar entrega do Complexo Anhembi no prazo determinado e no estado em que se encontra e a desmobilização e a destinação final de bens e equipamentos não relacionados à execução do objeto.

A Concessionária deverá observar todas as determinações legais quanto legislação tributária e trabalhista relacionadas à execução do objeto, publicar suas demonstrações financeiras nos termos que prevê a legislação societária e obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa.

Será obrigação da Concessionária o adimplemento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre a área da Concessão, sendo que quaisquer divergências no cálculo do valor devido deverão ser tratadas exclusivamente entre a Concessionária e a Secretaria Municipal da Fazenda.

A SPTURIS terá direito a ou uso do Sambódromo até 68 dias por ano para realizar o Carnaval e mais 7 dias para outros eventos.

A execução das obras deverá ser concluída em 48 meses e terão as seguintes diretrizes:

- a) Preservar a vocação do COMPLEXO ANHEMBI como espaço de convenções, exposições e eventos;

- b) Que o COMPLEXO ANHEMBI esteja apto a receber mega eventos internacionais;
- c) Espaço de convenções e exposições com área locável mínima de 24.000m<sup>2</sup> e capacidade para 12.000 pessoas;
- d) Espaço de exposições no mínimo com 74.700m<sup>2</sup>;
- e) Adequação e modernização do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – SAMBÓDROMO

Decorrido o prazo da Concessão, retornarão à SPTURIS os bens reversíveis que basicamente são todas as edificações e equipamentos objeto da Concessão e respectivas infraestruturas.

Os autos do respectivo processo licitatório foram disponibilizados aos interessados no site de consulta a processos da Prefeitura do Município de São Paulo, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de março de 2021, além dos que já estão reportados nestas demonstrações contábeis, segundo nosso melhor entendimento.

\*\*\*

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**São Paulo Turismo S/A**  
São Paulo - SP

### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **São Paulo Turismo S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S/A** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Incerteza relevante quanto a continuidade operacional dos negócios

A Companhia incorreu em prejuízo líquido na ordem de R\$ 23.929 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e apresenta prejuízos acumulados de R\$ 358.916 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedia o total do ativo circulante em R\$ 31.992, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Aliando a isso, a Companhia, desde 2019 vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo e desta forma deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

#### Reorganização da Administração Pública Indireta da Cidade de São Paulo

Conforme apresentado pela Companhia na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, aprovado em 24/06/2020 pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pela acionista controladora da SPTURIS e de seus órgãos diretivos. Até 31 de dezembro de 2020, não há qualquer indicação, por parte da acionista controladora da SPTURIS, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual

procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

### **Concessão Onerosa**

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de OUTORGA FIXA, o valor de pagamento de R\$ 53.740.236,00, tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos. O referido resultado foram objeto de divulgação ao mercado como “Fato Relevante” na data citada. Portanto, os efeitos advindos da futura combinação de negócio não foram analisados e não estão refletidos no balanço da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

### **Reconhecimento de Receita Hospital de Campanha**

Com a publicação do decreto nº 59.283, a Prefeitura de São Paulo determinou a instalação de Hospital de Campanha, em detrimento da situação de emergência declarada pelo município e como medida de enfrentamento a pandemia. A Companhia incorreu em despesas com o Hospital de Campanha e outras ações determinadas pela PMSP contra a Covid-19 entre março e junho de 2020 em torno de R\$ 14.390 mil. O ressarcimento de parte das despesas está sendo pleiteado por meio de indenização junto ao Tesouro Municipal, e são referentes à segurança, manutenção e operação do Hospital de Campanha. Para a data base de 31 de dezembro de 2020 a São Paulo Turismo efetuou o registro da respectiva receita, entendendo que os valores são devidos mesmo que não cobertos pelo contrato SMS 093/2020 celebrado para o período de julho a setembro. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **a) Contas a Receber de Clientes (Nota explicativa 6)**

Conforme Nota Explicativa nº 6, são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das receitas obtidas nas operações normais da empresa, deduzindo das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) que são constituídas com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: testes de controles e registros contábeis, realizamos dentre outros procedimentos, teste de conciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimento subsequente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de contas a receber em aberto ao final do exercício. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.

#### **b) Valor recuperável (“impairment”) de Imobilizado (Nota explicativa 9)**

Conforme Nota Explicativa nº 9, o principal ativo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é seu ativo imobilizado no montante de R\$219.197 (R\$ 218.424 em 31 de dezembro de 2019). A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de *impairment* desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos na demonstração financeira da Companhia. Com base nas medidas de readequação orçamentário realizadas pela Companhia no exercício de 2019, e por se tratar da conta com saldo de maior relevância na demonstração financeira da Companhia, decidimos então abordar dentro dos principais assuntos de auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: revisão do laudo preparado por especialista independente, fornecido pela Administração e o processo usado na sua elaboração; questionamento das principais premissas e critérios adotados na avaliação da vida útil e valor de mercado dos ativos; análise e implementação operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócio, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia.

#### **c) Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota explicativa 16)**

Conforme Nota Explicativa nº 16, a Companhia possui discussões amparadas em processos administrativos e judiciais e avaliação de riscos nas esferas cível, trabalhista, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía assuntos em discussão em várias esferas processuais. As discussões cujas perdas são avaliadas como possíveis e prováveis, pelos seus assessores jurídicos, são objeto de divulgação, e aquelas em que as perdas são consideradas prováveis também são reconhecidas provisões de contingências. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como obtenção de opiniões legais de entendimento sobre certos aspectos para discussões em andamento e riscos; avaliação dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos em todas as esferas, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstração do valor adicionado.**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

##### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria da demonstração financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com a demonstração financeira ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 23 de março de 2021

**Berkan Auditores Independentes S.S.**

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

**SÃO PAULO TURISMO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60**  
**NIRE 35300015967**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA  
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2021**

**DATA E LOCAL:** 23 de março de 2021, às 14h00, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

**PRESENCAS:** Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Daniel Glaessel Ramalho – Diretor Jurídico e de Conformidade, Guilherme Tadeu Pontes Birello – Chefe de Gabinete, respondendo interinamente pela Diretoria de Marketing e Vendas (Ato DPR nº 027/2020), Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Infraestrutura, Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor Eventos e Turismo e Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes. Secretária, Ana Paula Silva.

**ORDEM DO DIA:** Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

Disponibilizado para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, por e-mail no dia 22/03/2021 às 16h26, tendo em vista o ambiente de exceção interposto na Companhia pela pandemia pelo vírus COVID-19, documentos estes pertinentes ao item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na sequência, o Presidente da Mesa disponibilizou para votação eletrônica do item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2020, **a maioria dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020**, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivados na sede da Companhia.

O Diretor de Representação dos Empregados **registrou voto contrário a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020**, pelas seguintes razões: *“especificamente no que diz respeito ao ITEM 29 EVENTOS SUBSEQUENTES, Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo em vista que o processo de licitação encontra-se sob análise do TCM (Tribunal de Contas do Município), TC/009656/2020, que tem a finalidade de apurar eventual existência de irregularidades e/ou inconsistências decorrentes do processo licitatório, notadamente no que diz respeito a falta elementos de regularização fundiária, que poderá vir a acarretar mudança no processo licitatório ou até mesmo o seu cancelamento. Pela mesma razão, desaprova o recebimento pela São Paulo Turismo S/A no valor de R\$ 4.478.353,00 a título de adiantamento da primeira de 12 parcelas, referente ao valor da outorga fixa de R\$ 53.740.236,00. Por fim, entende que em razão da pendência de análise do TCM (Tribunal de Contas do Município), TC/009656/2020, o processo licitatório deveria ser suspenso, no mínimo até a conclusão pelo Tribunal de Contas do Município.”*

O Chefe de Gabinete informou que a Concorrência Internacional nº 001/2020, que tem por objeto a Concessão do Complexo Anhembi, foi expressamente autorizada pelo Tribunal de Contas do Município, órgão o qual exarou parecer favorável em favor da continuidade do processo licitatório, mesmo após as análises das representações citadas, e que discorda da posição do Diretor de Representação dos Empregados. Registrou ainda entendimento de que a discussão é inócua para o exercício de 2020, já que os efeitos financeiros e contábeis de tal processo impactam apenas no exercício de 2021.

Na sequência, a Diretoria recomendou que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2020 sejam submetidos (a) ao exame e apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II, III e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 23 de março de 2021

**LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR  
DE MENEZES**  
Diretor Presidente

**RODRIGO KLUSKA**  
Diretor de Gestão e de Relação com  
Investidores

**DANIEL GLAESSEL RAMALHO**  
Diretor Jurídico e de Conformidade

**SANDRO AUGUSTO CUOGHI**  
Diretor de Infraestrutura

**RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES  
FILHO**  
Diretor de Representação dos  
Empregados

**GUILHERME TADEU PONTES  
BIRELLO**  
Diretor de Marketing e Vendas interino

**THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS  
LOBO**  
Diretor de Eventos e Turismo

**ANA PAULA SILVA**  
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Ordinária da  
Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 23 de março de 2021)

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

SÃO PAULO TURISMO S.A.

CNPJ 62.002.886/0001-60 - Companhia Aberta - NIRE 35300015967

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria da São Paulo Turismo S/A (“SPTuris”) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e atua, desde sua implantação em julho de 2018, de acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno (disponível no site <http://www.spturis.com.br/transparencia/?a=Governanca>), tendo por competência opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente, bem como acompanhar o trabalho destes, avaliando sua independência e objetividade; supervisionar as atividades da auditoria interna e as atividades desenvolvidas, qualidade e integridade dos mecanismos nas áreas de controle interno; supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras; monitorar as informações e medições divulgadas pela empresa, avaliando as exposições de riscos da SPTuris e a adequação das transações com partes relacionadas. Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Diretoria e responsáveis por áreas da SPTuris; nos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras da SPTuris, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrente da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

#### **1. Atividades do Comitê de Auditoria no exercício social de 2020**

No cumprimento de suas atribuições, relativamente ao exercício social de 2020, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

**a) Auditoria Independente:** O Comitê realizou reuniões com a Berkan Auditores Independentes para apreciar e discutir o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos em 2020, além de aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação

desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da SPTuris.

- b) Auditoria Interna:** O desenvolvimento e acompanhamento dos trabalhos e avaliação da Auditoria Interna estiveram novamente prejudicados durante a maior parte do ano de 2020, pois diversos trabalhos programados deixaram de ser realizados, principalmente em função da ausência de funcionários das áreas e dedicação na revisão de contratos emergências por solicitação da Diretoria, ambos decorrentes da pandemia da Covid-19. O Plano Geral de Auditoria Interna para 2021 foi discutido e aprovado pelo Comitê.
- c) Demonstrações Financeiras:** O Comitê de Auditoria apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a Berkan os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, dos relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente para o ano findo em 31 de dezembro de 2020.
- d) Outras atividades do Comitê:** O Comitê realizou reuniões com diversas áreas da SPTuris sobre o ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, canal de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, recuperação de créditos e contingências contábeis e judiciais, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento dos procedimentos. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades e suas recomendações para o Conselho de Administração.

## 2. Conclusão

Em reunião realizada no dia 23 de março de 2020, o Comitê de Auditoria, ponderando suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que, mesmo com a necessidade de melhoria em diversos sistemas para adequação ao porte e complexidade das operações, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 23 de março de 2021.

**Sérgio Tuffy Sayeg**  
Presidente

**Dorival Alcalde**  
Membro

**Carlos Elder Maciel de  
Aquino**  
Membro

**SÃO PAULO TURISMO S/A  
Companhia Aberta  
CNPJ: 62.002.886/0001-60**

**Declaração dos Diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes**

Os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, **declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes** sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 23 de março de 2021.

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES

RODRIGO KLUSKA ROSA

DANIEL GLAESSEL RAMALHO

GUILHERME TADEU PONTES BIRELLO

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021**

**DATA, HORA E LOCAL:** 24 de março de 2021, às 11:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19, via Microsoft Teams.

**PRESENCAS:** Presentes os membros do Conselho de Administração, Sr. Marcos Arbaitman – Presidente, Sr. Wanderley Messias da Costa – Vice-presidente, Sr. Jânio Quadros Neto, Sr. Alexandre Pederchini Issa, Sr. André Luiz Pompeia Sturm, Sra. Kassia Caldeira, Sr. Osvaldo Arvate Júnior e Sr. Rogério Pereira Vicente.

Presentes, ainda, o Conselheiro Fiscal, Sr. Marcelo Pierantozzi Gonçalves, em atendimento ao artigo 163, §3º, da Lei 6.404/76, e o Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, em atendimento ao art. 31-B, §2º, da ICVM nº 308/99.

Presentes como convidados, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com investidores e Sr. Guilherme Birello – Chefe de Gabinete, Sr. João Paulo Aluzio – Gerente de Controladoria.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião do Conselho de Administração por voto da unanimidade dos presentes.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Marcos Arbaitman. Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

**ORDEM DO DIA:** (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Apresentação dos resultados da Companhia até Fevereiro/2021; (iii) Atualização acerca do processo de concessão do Anhembi; e (iv) Outros assuntos.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Arbaitman, saudou os membros do Conselho e demais convidados, iniciando a apreciação do item único da Ordem do Dia.

Assim, conforme item (i) da Ordem do dia, o Presidente do Conselho informou acerca da disponibilização prévia, para todos os Conselheiros da Administração, das versões finais do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, devidamente analisados e aprovados pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada

em 23/03/2021, complementados pelo Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

Solicitada a palavra pelo Conselheiro Sr. Osvaldo Arvate, este manifestou sua abstenção em aprovar as Demonstrações Financeiras do ano de 2020, tendo em vista que exerceu o cargo de Diretor Presidente da Diretoria Executiva até o mês de Maio de 2020.

Na sequência, os demais membros do Conselho de Administração, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, e, considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, manifestaram-se favoravelmente, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, e aprovaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, considerados o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontrando-se em boa ordem para serem remetidos para o exame e opinião dos Conselheiros Fiscais, e, após, dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Com relação ao item (ii) o gerente de Controladoria realizou a apresentação aos membros do Conselho de Administração das Demonstrações de Resultados da Companhia até o mês de fevereiro de 2021. Como exposto pelo Sr. Marcos Arbaitman, este não é assunto que depende de aprovação, portanto todos os conselheiros presentes passam a ter conhecimento do conteúdo deste documento.

O Conselheiro Rogério Pereira Vicente solicitou a palavra, e com o uso desta indagou em relação ao recebimento dos valores devidos pela Secretaria da Saúde. Concedida a palavra ao Diretor de Gestão e Relação com Investidores, este esclareceu que a Secretaria da Saúde reconheceu o débito, encaminhando o pedido de pagamento deste montante à Secretaria da Fazenda, que por sua vez a devolveu o processo à Secretaria da Saúde para que esta regularizasse o pedido, que deveria ter sido feito àquela Secretaria via DEA (Despesas de Exercícios Anteriores).

Foi concedida a palavra ao Diretor Presidente para atualizações quanto ao item (iii) da ordem do dia. O Diretor Presidente informou que os prazos do edital da Concorrência Internacional nº 001/2021, que tem por objeto a Concessão do Complexo Anhembi, estão sendo cumpridos conforme o previsto, porém que, devido a situação de pandemia pelo vírus COVID-19, pode haver novos ajustes nos prazos para assinatura do contrato, o que, caso acontecer, será informado imediatamente ao Conselho de Administração.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 24 de março de 2021.

**Conselheiros:**

**MARCOS ARBAITMAN**  
Presidente

**WANDERLEY MESSIAS DA COSTA**  
Vice-presidente

**ALEXANDRE PEDERCINI ISSA**  
Conselheiro

**ANDRÉ LUIZ POMPEIA STURM**  
Conselheira

**JÂNIO QUADROS NETO**  
Conselheiro

**KASSIA CALDEIRA**  
Conselheira

**OSVALDO ARVATE JR.**  
Conselheiro

**ROGÉRIO PEREIRA VICENTE**  
Conselheiro

**ANA PAULA SILVA**  
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SPTURIS realizada em 24 de março de 2021).

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021**

**DATA, HORA E LOCAL:** 25 de março de 2021, às 15:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19.

**PRESENCAS:** Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Marcelo Pierantozzi Gonçalves, Jesus Pacheco Simões, Eduardo José de Souza e a suplente Sra. Cibele Araújo Clemente do Prado.

Presentes, ainda, o Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. Guilherme Tadeu Pontes Birello, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Sr. Marcelo Simões Quintero – Coordenador.

**INSTALAÇÃO:** Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

**ORDEM DO DIA:** Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

Foi colocado em votação o **item único** Ordem do Dia, tendo sido disponibilizadas para exame e apreciação de todos os Conselheiros Fiscais as versões finais do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, devidamente analisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada em 23/03/2021, e pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24/03/2021, e que contou com a participação de representantes deste Conselho Fiscal da Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo 3º do art. 163, da Lei 6.404/76.

Na sequência, os membros do Conselho Fiscal, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o recebimento, após a Reunião da Diretoria de 23/03/2021, de todos os documentos objeto da deliberação em exame, e considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, examinaram, mais uma vez, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e constataram que tais documentos, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes, juntamente com o Relatório da

Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontram-se em boa ordem para serem remetidos para o exame dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Nesse sentido, foi aberta a palavra para que os Conselheiros pudessem opinar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário.

Houve questionamentos por parte dos Conselheiros Fiscais referente aos valores devidos pela Secretaria da Saúde, o Gerente de Controladoria esclareceu que a Secretaria da Saúde reconheceu o débito, encaminhando o pedido de pagamento deste montante à Secretaria da Fazenda, que por sua vez a devolveu o processo à Secretaria da Saúde para que esta regularizasse o pedido, que deveria ter sido feito àquela Secretaria via DEA (Despesas de Exercícios Anteriores).

Sobre a ênfase do Auditor Independente referente às perdas de receita pela Companhia, o Conselheiro Sr. Eduardo José de Souza solicitou esclarecimentos. Assim, o Sr. Chefe de Gabinete informou: que devido a competitividade do mercado e demais acontecimentos, como a pandemia pelo vírus COVID-19, que afetou mundialmente, e severamente, o setor de feiras e eventos, houve uma real queda e acúmulo de perdas de receitas para a Companhia, porém que, em contraponto temos o processo de Concessão do Complexo Anhembi, e a recuperação de eventos importantes que eram realizados anteriormente no Parque Anhembi, fatos que trouxeram incremento à receita, e ainda que a SPTURIS teve a oportunidade de atuar em diversas ações de combate à pandemia junto à Prefeitura de São Paulo, o que a remunerou através dos serviços prestados e da cessão dos espaços do Parque Anhembi.

Assim, o Conselho Fiscal, por maioria de votos dos presentes, manifestou-se favoravelmente em relação ao Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, tendo recomendado que sejam os referidos documentos aprovados na sua íntegra pela Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

A Conselheira Suplente Sra. Cibele Araújo Clemente do Prado votou contra a aprovação dos documentos pelas seguintes justificativas:

*“A SP Turismo despendeu recursos com a concessão do espaço para o Hospital de Campanha contra o COVID-19 no período de março a junho/2020 com processo de indenização e no período de julho a novembro/2020 com contrato reconhecido, porém de acordo com a Demonstração Financeira até 31.12.2020, apesar dos lançamentos de parte dos valores gastos, não restou demonstrado de forma efetiva a gestão para o recebimento da despesa, bem como, quais contratos foram formalizados até o encerramento das atividades do hospital. Além de incorrer em pagamento de impostos referente a esta ação.*

*Desta forma, considerando que aprovação da DF reflete em um interesse público, as contas do exercício de 2020 é ferramenta essencial perante terceiros para a analisar os resultados financeiros e tomada de decisão por parte de acionistas e demais investidores.*

*Assim, na condição de membro do Conselho Fiscal, VOTO CONTRÁRIO A APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE 2020 (relatório administração 2020)."*

Por fim, tendo em vista a deliberação acima tomada, os membros titulares do Conselho Fiscal, assinaram o "Parecer do Conselho Fiscal", que será disponibilizado aos acionistas da Companhia, juntamente com os demais documentos mencionados nos artigos 133 da Lei das Sociedades por Ações.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2021

Conselheiros:

**THIAGO DEMÉTRIO SOUZA**  
Conselheiro

**MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES**  
Conselheiro

**JESUS PACHECO SIMÕES**  
Conselheiro

**CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO**  
Conselheira

**EDUARDO JOSÉ DE SOUZA**  
Conselheiro

**ANA PAULA SILVA**  
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 25 de março de 2021)

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2020, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2020, razão pela qual encaminham para aprovação na Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 25 de março de 2021.

EDUARDO JOSÉ DE SOUSA  
JESUS PACHECO SIMÕES  
MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES  
THIAGO DEMÉTRIO SOUZA  
CIBELE ARAÚJO CLEMENTE DO PRADO